

JOURNAL OF
GLOBAL STUDIES

ISSN 1518-1219

<http://www.meridiano47.info>**Cristina Soreanu Pecequilo**Universidade Federal de São Paulo,
Relações Internacionais, Osasco – SP
(crispece@gmail.com).ORCID ID:
orcid.org/0000-0003-1617-186X**Alessandra Aparecida Luque**Universidade Estadual Paulista Júlio de
Mesquita Filho, Relações Internacionais,
Marília – SP (aleluque1@gmail.com).**Copyright:**

- This is an open-access article distributed under the terms of a Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided that the original author and source are credited.
- Este é um artigo publicado em acesso aberto e distribuído sob os termos da Licença de Atribuição Creative Commons, que permite uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que o autor e a fonte originais sejam creditados.



Estados Unidos e Rússia: Convergência e Divergência Geopolítica (1989-2016)

United States and Russia: Geopolitical Convergence and Divergence (1989-2016)

DOI: <http://dx.doi.org/10.20889/M47e17017>

Meridiano 47, 17: e17017, 2016

Resumo

As relações bilaterais Estados Unidos-Rússia no pós-Guerra Fria tem sido caracterizadas desde 1989 por uma dinâmica de cooperação e conflito, que reflete as assimetrias de poder entre estas duas potências e suas disputas geopolíticas. O objetivo do texto é examinar estas oscilações e ambiguidades desde o encerramento da bipolaridade até o século XXI.

Abstract

In the post-Cold War world, US and Russia bilateral relations have been characterized since 1989 by dynamics of cooperation and conflict, that shows the asymmetries of power between these two powers and their geopolitical disputes. The goal of this text is to examine these oscillations and ambiguities since the end of bipolarity till the 21st century.

Palavras Chave: Estados Unidos, Rússia, OTAN, Relações Bilaterais**Keywords:** Bilateral Relations, NATO, Russia, United States

Recebido em 25 de julho de 2016

Aprovado em 15 de setembro de 2016

Introdução

Em 1989, um dos clichês sobre o fim da Guerra Fria (1989) era o de que a geopolítica não mais regeria as relações internacionais. Termos como geoeconomia, interdependência e cooperação sobrepunham-se à visão de conflito e instabilidade, e o otimismo prevalecia nas relações entre as potências. Passados mais de vinte e cinco anos da Queda do Muro de Berlim, nenhuma destas previsões se consolidou e o sistema internacional parece viver uma de suas eras de maior violência, como comprovam os eventos do século XXI.

Dentre estes, podem ser mencionados (em uma lista não excludente) os atentados terroristas cíclicos em algumas das principais cidades ocidentais desde 2001, começando por Nova Iorque, passando por Madri e Londres, chegando a Paris e Munique; conflitos militares na Eurásia, com as guerras norte-americanas ao Afeganistão e Iraque, o desarranjo do quadro regional que levou à ascensão do Estado Islâmico; a Primavera Árabe, a intervenção na Líbia, o conflito na Síria; a crise dos refugiados; a ascensão dos emergentes e a desconcentração de poder mundial; a crise econômica de 2008, tendo como epicentro os Estados Unidos (EUA) e a União Europeia (UE), etc.

Não só a geopolítica não foi superada pela geoeconomia, como permanece sólida nos intercâmbios entre as grandes potências. Neste contexto, um dos mais sensíveis permanece ainda entre os EUA e a Rússia, nações que dominaram o século XX como as duas grandes superpotências. Mesmo após o fim da União Soviética (URSS) em 1991, e a sua substituição pela Rússia, esta interação bilateral permanece relevante.

Ambas, apesar das assimetrias de poder, continuam se confrontando em cenários estratégicos da Eurásia e em organismos multilaterais, indicando a permanência de uma agenda competitiva. Ainda assim, uma agenda na qual existem espaços para convergências, revelando um relacionamento complexo. O objetivo deste artigo é investigar a evolução do relacionamento bilateral EUA-Rússia no período de 1989 a 2016, em suas oscilações e ambiguidades. Quatro fases são identificadas: o novo condomínio estratégico e a subordinação (1989/1998), a nova Guerra Fria? (1998/2001), as ambiguidades Bush/Putin (2001/2008) e a competição estratégica Obama-Medvedev-Putin (2009/2016).

O Novo Condomínio Estratégico e a Subordinação (1989/1998)

Durante a Guerra Fria (1947/1989), a relação EUA-URSS foi caracterizada pela competição sistêmica entre as duas superpotências para a projeção de seus modelos políticos, sociais, culturais e econômicos. Associava-se às superpotências uma imagem de igualdade de poder, representada pela paridade estratégica na disputa bipolar. Todavia, predominava exatamente o contrário: uma “disparidade” de capacidades, com a URSS escondendo sua fragilidade econômica atrás da capacidade militar.

Como indica Segrillo (2008), já nos anos 1970 a URSS revelava problemas crônicos de desenvolvimento, que associados às dificuldades da transição política e gestão do Partido Comunista da URSS (PCURSS), desembocariam em uma crise terminal na década seguinte. Interna e externamente, a URSS era um país pressionado em diversas frentes: a superextensão imperial no Terceiro Mundo e a Guerra do Afeganistão (1979/1988), a crescente insatisfação em sua zona de influência imediata do Leste Europeu, a desagregação do sistema produtivo e social. A contrarreação hegemônica dos EUA a partir de 1981 com o governo neoconservador de Ronald Reagan, acelerara a Guerra Fria contra o país (que fora definido como o “Império do Mal”) por meio do *military build up* (convencional e o sistema de defesa antimísseis conhecido como Iniciativa de Defesa Estratégica, o Guerra nas Estrelas), em termos que a URSS não conseguia responder.

A ascensão de Mikhail Gorbachev (1985/1991) iniciou um processo de reformas para tentar protelar a crise e recuperar espaço. No campo doméstico, investiu-se em uma abrangente abertura política (*glasnost*) e econômica (*perestroika*), que desestruturou o sistema produtivo pela introdução do neoliberalismo e acentuou a perda de controle do PCURSS. Externamente, Gorbachev buscou a conciliação por meio do chamado “Novo Pensamento” que buscava a reintegração da Rússia ao Ocidente a partir dos discursos da “Casa Comum Europeia” e da imagem de uma nova arquitetura de segurança global, inspirada no condomínio russo-americano da Segunda Guerra Mundial. O Novo Pensamento abandonava a doutrina da luta de classes em escala global, as políticas de intervenções no Terceiro Mundo e a presença militar no Leste Europeu na forma do Pacto de Varsóvia, visando minimizar os custos soviéticos, passando uma postura “confiável” nos negócios mundiais.

Entretanto, esta política não levaria a um “novo condomínio” e ao reposicionamento soviético, mas sim ao início do alinhamento ao Ocidente, que somente se agravou a partir do fim da Guerra Fria em 1989. O biênio imediato pós-bipolaridade 1990/91, foi marcado pela deterioração doméstica. Segundo Zhebit, esse “novo pensamento político” de Gorbachev e suas reformas desencadearam forças de crise interna e tendências centrífugas no espaço soviético fugindo ao controle do Kremlin.

Em Agosto de 1991, este descontrole e perda de espaço externo resultaram em uma tentativa de golpe conservadora que acelerou e precedeu o desmantelamento da URSS, com Boris Ieltsin (1991/1999) emergindo a frente da “nova” Rússia como o líder da resistência democrática. Em 25 de Dezembro de 1991, o antigo império soviético deu lugar a 15 unidades administrativas, a CEI (Comunidade de Estados Independentes). Em 2007, o Presidente Putin referiu-se a este processo como a “maior tragédia geopolítica do século XXI”. Naquele momento, inicia-se quase uma década de permanente crise na “nova” Rússia.

Ainda que a maioria dos analistas use o termo “cooperação” para se referir à relação entre a presidência Ieltsin e o Ocidente, em particular na fase inicial de seu governo de 1991 a 1998, o que se observou foi a subordinação e alinhamento. Um dos símbolos maiores deste alinhamento em 1991 foi o apoio incondicional da Rússia à Guerra do Iraque, “Operação Tempestade do Deserto” patrocinada pelos EUA contra Saddam Hussein, em resposta à invasão do Kuwait realizada pelo Iraque.

Com Ieltsin à frente da presidência, Victor Chernomyrdin como Primeiro Ministro de 1992 a 1998, Andrei Kozyrev (1990/1996) no Ministério das Relações Exteriores e Anatoly Chubais, um dos arquitetos da *perestroika*, no comando da reforma econômica (1991/1994), a política da Rússia priorizou a integração ao ocidente. O pós-Guerra Fria significava a possibilidade de modernizar a Rússia política e economicamente, ampliando sua participação em organismos internacionais e a credibilidade nacional. A Rússia, assim como os países latino-americanos, seguiu nos anos 1990 a agenda do Consenso de Washington.

À frente deste processo encontrava-se Chubais, cuja opção pelo neoliberalismo ficou conhecida como “Terapia de Choque”. Segundo Rosefielde e Hedlund (2009, p. 72), enquanto o discurso oficial da “Terapia” tinha como foco a privatização e a reorganização do Estado russo nos moldes de um capitalismo ocidental moderno, o que se observava na realidade era o desmonte deste mesmo Estado. Tal desmonte era relacionado a associações pouco legítimas entre firmas ocidentais e empresários

russos da nova geração, os chamados oligarcas (Mikhail Khodorkovsky, Berezovsky, Guniski) que passaram a controlar setores chave como o de energia, sem regulação e compromisso público. O quadro econômico caótico herdado de Gorbachev se acentuou, assim como a situação de pobreza e insalubridade da população russa. Na ausência do Estado, a dispersão do poder político dividiu-se entre estes oligarcas que, com as privatizações, passaram a controlar os setores estratégicos ao desenvolvimento.

No campo externo, o encolhimento revelou-se na perda de influência em seu antigo espaço geopolítico soviético, cuja fragmentação levou à formação de diversos novos Estados soberanos, que passaram a ser fonte de atração e interesse para o Ocidente. Especificamente, três zonas de instabilidade pressionam a Rússia geopoliticamente: o Cáucaso, com destaque para as regiões separatistas da Chechênia, Ossétia do Norte e do Sul, Daguestão, Georgia, Azerbaijão e Armênia; a Ásia Central e o Sul da Ásia, no qual se insere a vizinhança próxima com a China e a Índia, Cazaquistão, Turcomenistão, Quirguistão, Tadjiquistão; e a vizinhança ocidental, representada pelas antigas repúblicas soviéticas do Báltico e países mais próximos à Europa Ocidental como a Ucrânia e Belarus e os ex-membros do Pacto de Varsóvia no Leste Europeu.

Para o Ocidente, a penetração nestes espaços geopolíticos demonstra-se essencial por diversas motivações: a possibilidade de estrangulamento russo, a geração de instabilidade política, a ocupação de vácuos de poder e o acesso aos recursos eurásianos, principalmente gás e petróleo, *commodities* essenciais para o Ocidente. Já neste período, inicia-se a chamada “Diplomacia dos Dutos”, tema que será abordado adiante, que se refere à exploração destes recursos energéticos em ex-repúblicas soviéticas da Ásia Central.

Aliados tradicionais como a Iugoslávia foram preteridos em nome da parceria com os EUA, como em 1992 com a eclosão da Guerra da Bósnia e a fragmentação posterior do território entre Sérvia, Bósnia, Croácia, apoiada pelo ocidente, conforme estabelecido pelos Acordos de Dayton em 1995. Também não se deve esquecer que é nesse íterim que o START I é assinado; O Strategic Arms Reduction Treaty I assinado em 31/07/1991, limitava EUA e sucessores da URSS (Rússia, Ucrânia, Belarus e Cazaquistão) a um número reduzido de veículos de estratégia ofensiva, mísseis balísticos e outros tipos de armamentos.

Além disso, ocorre o estabelecimento de parcerias formais com a OTAN, que, em Maio de 1997 culminaram na assinatura do *Founding Act on Mutual Relations, Cooperation and Security Between Russia and NATO*. Este acordo seguia as iniciativas prévias norte-americanas da Parceria para a Paz (PfP), que, a partir de 1994, buscava uma aproximação gradual com os membros do antigo Pacto de Varsóvia, ensaiando a futura expansão da OTAN. A PfP fazia parte das ações da administração democrata de Bill Clinton (1993/2000), que passou a se referir à Rússia como uma parceira, reafirmando, como indica Lilia Shevtsova, uma “aliança estratégica com a reforma russa” (SHEVTSOVA, 2007, p. 20).

Todavia, haviam limites claros para esta aliança estratégica entre EUA-Rússia, demonstrados na ausência de concessões no campo econômico e político, à exceção da inclusão no G7 em 1996, transformado em G8. A suposta inclusão ao ocidente era acompanhada por movimentações paralelas

que visavam diminuir a já reduzida capacidade de projeção externa russa, como os ensaios de expansão da OTAN e da PfP. As pressões do separatismo interno acentuavam-se com a Primeira Guerra da Chechênia (1994/1996) e o agravamento da crise econômica (1998/1999), que afetou não só a Rússia, mas países como o Brasil e os Tigres Asiáticos.

Como resultado deste cenário, produziu-se a primeira mudança mais significativa na política externa russa pós-Guerra Fria, com o abandono do discurso de integração ao ocidente e a sua substituição pela defesa da multipolaridade e do equilíbrio entre os grandes poderes. Um dos primeiros sinais de que esta mudança estaria em andamento foi a criação em 1996 dos “Cinco de Xangai”, que buscava reforçar a autonomia da Rússia na região, e que seria o embrião para a Organização da Cooperação de Xangai (OCX) criada alguns depois. Os membros do “Cinco de Xangai”: China, Rússia, Cazaquistão, Quirguistão e Tadjiquistão.

Desta forma, enquanto a tática de Ieltsin/Kozyrev era de integração plena ao Ocidente, i.e, aos EUA, a opção de Ieltsin/Primakov (Ministro das Relações Exteriores de 1996/1998 e depois Primeiro Ministro de 1998/1999) passou a ser de relativa confrontação.

A Nova Guerra Fria? (1998/2001)

Ainda no governo Ieltsin, a ausência de resultados concretos advindos da aproximação com o ocidente, uma relativa frustração quanto ao isolamento russo, associados ao aprofundamento da crise doméstica, provocou uma quebra no padrão alinhamento experimentando desde 1989, que atingiu seu auge ao longo da década de 1990. O mesmo Ocidente que dizia apoiar a Rússia movia-se taticamente para pressioná-la no campo estratégico com a aceleração dos projetos de expansão da OTAN e da UE ao leste, associado a críticas sobre o encaminhamento da política russa no que se refere a acusações de corrupção ao governo Ieltsin e ao caráter autoritário da democracia russa.

Pressionado, Ieltsin passou a ser questionado por grupos internos, os mais tradicionalistas ligados aos comunistas e o liderado pelo futuro Primeiro Ministro e depois Presidente eleito Putin, remanescente da antiga burocracia soviética, representando a nova geração da *nomenklatura* (conhecida como *siloviki* e contrária às políticas de subordinação ao ocidente). Em comum, o desejo de encontrar um caminho político para a Rússia, revertendo sua fraqueza. No campo interno, as reformas foram poucas e a Rússia enfrentou, como citado, a profunda crise de 1998/1999, que segundo Hedlund e Rosefielde (2009, p. 119) está vinculada ao abandono do Estado e de suas obrigações macroeconômicas, acarretando numa combinação de “hiperinflação, hiperdepressão e hiperdesemprego” e retrocesso social.

Somente a chegada de Putin ao poder, examinada no próximo item, provocou uma reversão da situação doméstica. No campo externo a política oscilou do alinhamento à quase confrontação com o ocidente, no que passou a ser definido como agenda de autonomia. Tal agenda era limitada pelas contradições prévias da Era Ieltsin, assim como pela escassez de recursos de poder que pressionavam a economia e política russas, que legava ao país baixa capacidade de resistência na arena internacional.

A substituição de Kozyrev por Primakov no Ministério das Relações Exteriores russo e a postura de autonomia adotada teve como foco o discurso pró-multipolaridade e a recuperação da identidade russa como uma nação continental. Outro elemento desta política foi a tentativa russa de reafirmar sua projeção no antigo espaço soviético, tanto no que se refere às regiões que se tornaram soberanas perante Moscou, como enclaves dentro do território da Rússia, com foco na Ásia Central e no Cáucaso. Além disso, as Nações Unidas e as parcerias com grandes potências emergentes como China e Índia retomaram seu significado como parte da agenda russa, que passou a redefinir seus parâmetros de prioridades e segurança.

Em 2001, formalizou-se a criação da OCX, como citado, formada por China, Rússia, Cazaquistão, Quirguistão, Tadjquistão e Uzbequistão, que se consiste em um dos principais pilares da cooperação eurasiática no século XXI. Além disso, a OCX tornou-se a base para o repensar das relações bilaterais China-Rússia, que tem apresentado um adensamento crescente. A OCX funciona como um organismo de reforço das relações regionais na Ásia Central para a Rússia, mas igualmente como uma forma de contenção dos EUA e da China. Ambas, em diferentes proporções, representam ameaças e oportunidades para a Rússia.

No caso dos EUA, os temas aqui abordados tem demonstrado esta ambiguidade. No que se refere à China, observa-se o choque entre duas trajetórias assimétricas: enquanto o fim da Guerra Fria representou o declínio russo, para a China significa sua ascensão e reposicionamento estratégico regional e global. Com isso, este sistema de relações regionais pode reforçar para os chineses sua influência local, contendo o revisionismo russo. Ao mesmo tempo, supre a China com recursos energéticos, e minimiza a dependência russa do ocidente.

Neste contexto, tanto Rússia quanto China buscam reforçar suas esferas de influência diante do avanço ocidental. Dentre os projetos que ameaçam as nações eurasiáticas destaca-se a consolidação dos projetos anglo-americanos, em associação com países da antiga zona soviética como Azerbaijão e Geórgia, de construção de gasodutos e oleodutos alternativos aos controlados pela Rússia. As associações entre companhias ocidentais e estes governos locais, visando a diminuição do controle russo sobre o petróleo e o gás eurasiáticos, é denominada de “O Grande Jogo II” em alusão às disputas geopolíticas do século XIX entre Rússia e Grã-Bretanha. Outro termo também utilizado é Diplomacia dos Dutos, associada, à instalação de bases militares norte-americanas.

O oleoduto Baku-Tbilisi-Ceyhan é um projeto símbolo, que liga Baku, capital do Azerbaijão ao porto de Ceyhan na Turquia, passando pela Geórgia, em funcionamento desde 2006¹. Até o momento, o BTC e iniciativas similares não tem conseguido reduzir a dependência da Europa Ocidental e das antigas repúblicas soviéticas (Ucrânia e Belarus) do fornecimento energético russo pelos altos custos do transporte devido aos excessivos desvios de rota dos territórios russos e iranianos e pela necessidade de energia.

A segunda grande pressão sobre a Rússia veio na forma da Guerra de Kosovo em 1999, quando a OTAN, liderada pelos EUA, promoveu operações militares contra a Sérvia, apoiando o separatismo

1 Além do BCT podem ser mencionados alguns outros projetos já existentes como o Baku-Supsa, o Baku-Novorossiysk, o Consórcio do Mar Cáspio e o Blue Stream.

desta província. Diferente do relativo silêncio em 1992, em 1999, a invasão a Kosovo foi repudiada, retomando a parceria estratégica com a Sérvia. Em 2008, foi garantido a Kosovo o status de província autônoma e soberana, mais uma vez contrariando os interesses russos, sem que Moscou pudesse reverter a decisão política dos EUA.

Por fim, o terceiro movimento consolidou-se com a primeira onda de expansão da OTAN, antecedida pela PfP, incorporando seus três primeiros membros da antiga Cortina de Ferro: Hungria, República Tcheca e Polônia. Pelo menos para o lado russo, instalava-se uma nova Guerra Fria na Europa, com a substituição da contenção pela expansão. Esta expansão, associada à participação da OTAN na Guerra de Kosovo, serviram para aprofundar o distanciamento russo com o ocidente, e a sensação de vulnerabilidade. O “novo” Conselho Rússia-OTAN também foi deixado em compasso de espera. Em Dezembro de 1999, Ieltsin, diante destas pressões e acusações, transferiu o poder a seu Primeiro Ministro, Vladimir Putin.

Diante do cenário instável e do pesado legado Ieltsin, Putin recentraliza o Estado, dá início a uma ampla reforma política e concede poderes à Polícia Secreta, buscando a recuperação do antigo espaço soviético, reprimindo ensaios separatistas. A Segunda Guerra da Chechênia, iniciada em 1999, o apoio às populações russas na Ossétia e em outras localidades do antigo império, tornam-se peça importante da agenda.

A Presidência Putin condiciona a recuperação do *status* russo no exterior à gradual reconstrução do Estado nacional, tanto do ponto de vista social e cultural, como econômico. Além da retomada do orgulho nacional, da bandeira e dos hinos russos, Putin anula, com base em acusações de corrupção e criminalidade, muitas das privatizações da Era Ieltsin no setor energético. Definido como estratégico, o setor energético era, dentro de uma economia russa fragilizada, uma exceção, e fonte principal de receitas. Estas receitas passam a ser controladas novamente pelo Estado, recuperando a Yukos administrada por Mikhail Khodorkovsky, com impactos diretos sobre o poder dos oligarcas russos e suas alianças ocidentais. A Gazprom, detentora da quase totalidade das exportações de gás mundiais, foi fortalecida, e é usada como instrumento de pressão econômica e política da Rússia sob os mercados asiáticos e europeus em particular.

A assertividade e as prioridades russas, e o pragmatismo de Putin, aparecem claramente na *Foreign Policy Conception of the Russian Federation* (2000),

No início do século XXI, a situação internacional demanda o repensar de toda a situação envolvendo a Federação da Rússia, as prioridades da política externa da Rússia e os recursos disponíveis (...) A maior prioridade da política externa russa é a proteção dos interesses do indivíduo, da sociedade e do Estado (...) Simultaneamente, novas ameaças e desafios estão surgindo (...) existe uma crescente tendência ao estabelecimento de um mundo unipolar com a dominação política e econômica dos EUA (...) A Rússia irá promover um sistema multipolar das Relações Internacionais que verdadeiramente reflita a diversidade do mundo contemporâneo e sua grande variedade de interesses (...). Como um membro permanente do Conselho de Segurança da ONU, comandando um potencial de recursos significativo em todas as esferas da atividade humana, e mantendo intensas relações com

todas as nações líderes do mundo, a Rússia exerce influência considerável na formação da nova ordem mundial. (*Foreign Policy Conception of the Russian Federation*, 2000 in MELVILLE and SHAKLEINA, 2005, p. 89-90-91)

Dada esta prioridade doméstica e acusações de autoritarismo por parte dos governos ocidentais, a política externa russa distanciou-se do Ocidente e dos EUA, buscando sua reafirmação. O cenário foi transformado a partir de 2001 com os atentados de 11/09 e a recuperação do crescimento da economia russa com suporte nas exportações de gás e petróleo. Pode-se dizer que desde 1989, o relacionamento russo-americano apresentou sua dinâmica mais complexa de convergência/divergência nas Eras Putin/Bush de 2001 a 2008.

As Ambiguidades Bush/Putin (2001/2008)

Os primeiros anos do século XXI foram marcados pelos ataques do 11/09 nos EUA (e Moscou também sofreu atentados marcantes em 2002 e 2004) registraram uma nova era do relacionamento russo-americano. Mais complexas, as relações internacionais da presidência Putin consistiam-se no reconhecimento do *status* especial da Rússia como potência (limitada a uma ação regional nesta etapa), associadas às seguintes dimensões: recuperação doméstica em todos os setores, do social ao estratégico, e diversificação da economia alavancada primordialmente pelo setor energético, reconstrução da esfera regional (encarada como zona preferencial de ação geoestratégica), a busca por nichos de ação internacional que permitissem explorar as vantagens comparativas russas (energia, presença no CSONU, G8) e a construção de parcerias que reforçassem seu poder de barganha ao oriente e ao ocidente.

Dentre estas parcerias, enquadram-se as relações com as nações emergentes Brasil, Índia, China e África do Sul (BRICS) e o relacionamento com os EUA. As áreas pertencentes à ex-URSS voltam a ser percebidas como preferenciais, regionalizando a segurança e a defesa. Zhebit (2003) define esta política externa como multivetorial, por “dividir-se” entre o Ocidente e o Oriente e com relativo “desalinhamento” diante dos EUA. De acordo com Tysgankov (2006), a partir destas ações, o interesse nacional pode ser resumido em três pilares: a preservação da identidade e segurança russa, o desenvolvimento sócio-econômico e o fortalecimento das instituições e Estado.

Se do lado russo falava-se em pragmatismo, multilateralismo e multipolarismo, o discurso de W. Bush era oposto. Na agenda neoconservadora, visões de unipolarismo e unilateralismo eram as predominantes mesmo antes de 11/09. Para Bush, os atentados permitiram a solidificação desta agenda, assim como a posterior elaboração da Doutrina de Segurança Nacional de caráter preventivo, a NSS-2002, o que sinalizava a possibilidade de aumentos de tensões na relação com a Rússia.

O que se pode observar foi uma relação complexa caracterizada por oscilações entre a cooperação e o conflito, que possui duas fases, de 2001 a 2003, cujos marcos são os atentados de 11/09 e o início da Guerra do Iraque, com o predomínio de um clima positivo entre Rússia e EUA; e, 2003 a 2008,

que engloba a Guerra do Iraque e a crise dos EUA. Depois de 11/09, quando muitos esperavam a intensificação da confrontação entre EUA e Rússia, existe uma aproximação entre o Kremlin e a Casa Branca em assuntos como a Guerra Global contra o Terror (GWT) e a não proliferação nuclear. Putin ofereceu ajuda aos EUA, almejando apoio similar dos EUA, ou pelo menos consentimento relativo, às operações empreendidas na Segunda Guerra da Chechênia e de repressão aos movimentos identificados como terroristas e separatistas em território russo e nas antigas repúblicas soviéticas, em particular os de orientação islâmica fundamentalista.

Moscou apoiou a campanha dos EUA no Afeganistão iniciada em Novembro de 2001 e permitiu a presença de forças militares na Ásia Central, inclusive fornecendo dados de inteligência às forças norte-americanas. A visão de Putin era bastante pragmática neste sentido, assim como sobre a OTAN: devido ao baixo poder de resistência russo diante da supremacia militar norte-americana: ainda que existisse insatisfação com relação a algumas ações dos EUA não era possível impedi-las.

O objetivo era manter uma postura de independência política, mas evitar desgastes desnecessários, aproveitando o nicho oferecido pela GWT. Neste período 2001/2003, a ideia era galgar degraus de poder, reforçar os recursos russos e restabelecer uma espécie de condomínio russo-americano no campo da segurança, com foco no terrorismo. Em Novembro de 2001, a estrutura básica da nova cooperação estratégica Rússia-EUA foi lançada, consolidando o novo relacionamento bilateral do pós-Guerra Fria², reafirmada na Declaração Conjunta entre os Estados Unidos da América e a Federação da Rússia em 2002.

Estabeleceu-se uma agenda ambiciosa de cooperação. Os EUA validaram pelo silêncio as incursões russas contra os rebeldes chechenos. Em 2002, mais um renovado Conselho OTAN-RUSSIA enquadra-se nesse contexto, no qual se formaram dois grupos de trabalho- um sobre cooperação em tecnologias nucleares avançadas e outro em reduções de materiais nucleares. O conselho prioriza decisões conjuntas sobre avaliação de ameaças comuns, gerenciamento de crises, não proliferação de ADMs, controle de armamentos e cooperação militar (SIMES, 2007). Vale ressaltar, entretanto, que mesmo neste período de “boa vontade mútua”, as áreas de cooperação entre os dois Estados foram intercaladas por rivalidades, com destaque à OTAN.

Embora a Rússia mantivesse um relacionamento especial com a OTAN, não faz parte da organização e não tem direito a veto, assim como não pode barrar sua expansão ao Leste Europeu. A despeito do clima positivo de 2002, a OTAN completou sua ampliação às fronteiras russas, englobando os países do antigo Pacto de Varsóvia e os Bálticos. Outra controvérsia no campo militar refere-se ao desenvolvimento e instalação do sistema de defesa antimísseis nestes novos membros da OTAN na Europa Oriental, Polônia e República Tcheca. Ainda que o discurso norte-americano ressalte que o TMD está desenhado para proteger seus aliados de ataques de Estados bandidos como a Coreia do Norte e Irã, tanto Rússia quanto China sentiram-se pressionados pelo novo “Guerra Nas Estrelas”.

Para a Rússia, dois outros agravantes: as pendentes negociações com os EUA para redução dos arsenais nucleares e o rompimento do Tratado ABM (Mísseis Anti-Balísticos) de forma unilateral

2 Em 2000, documento similar fora formalizado entre Putin e Clinton, o *Joint Statement by the Presidents of the Russian Federation and the United States of America on Principles of Strategic Stability* (2000).

pelos EUA que, desde 1972, estabelecia que nenhuma das duas superpotências nucleares deveria se tornar invulnerável. Em 2002, a insistência dos EUA nesta postura levou à retirada russa do START II.

Outra fonte de preocupação relacionou-se ao encaminhamento da GWT, referente à aproximação norte-americana a regiões que pertenciam à antiga URSS, em particular as repúblicas da Ásia Central, com a instalação de bases militares. O aparente caráter de convergência na GWT começou a desmoronar dentro da Rússia quando o governo Putin percebeu o incremento de investimentos norte-americanos no USCENTCOM (Comando Militar da Ásia Central, Oriente Médio e África), que buscava solidificar a presença norte-americana no Anel Centro-Asiático, militar e energeticamente. Dentro deste anel, encontram-se incluídas áreas chave para Rússia na Eurásia: Geórgia, Turquia, Azerbaijão, Iraque, Irã, Afeganistão, Paquistão, Uzbequistão e Turcomenistão.

A partir da recentralização do poder russo e as medidas de Putin, houve uma contraposição de modelos político-sociais e embates acerca do caráter da democracia russa e sua adequação aos moldes ocidentais, sendo que os EUA não aceitam o conceito de “Democracia Dirigida” e/ou “Autárquica” de Putin. O ano de 2003 foi crucial para o aumento da insatisfação russa com os EUA e a recuperação da defesa de um mundo multipolar. Os norte-americanos começam a ser vistos com extrema desconfiança pela administração Putin por sua interferência em processos eleitorais e políticos em Estados pertencentes à antiga esfera de influência soviética, agora russa, agravando o estrangulamento já iniciado com a OTAN e a GWT na Eurásia.

Estas interferências afetam a política de Putin de recuperar o poder regional russo e foram representadas pelas “Revoluções Coloridas”: Rosa na Geórgia em 2003, Laranja na Ucrânia em 2004/05 e Tulipa no Quirguistão em 2005. Conversações com Geórgia, Ucrânia e Belarus para sua integração à OTAN foram vistas com insatisfação e, dentre as respostas russas a estas ações, em 2003 foi estabelecida a Organização do Tratado de Segurança Coletiva- Rússia, Bielo-Rússia, Cazaquistão, Quirguistão, Tadjiquistão e Armênia.

O elemento crucial para quebrar o espírito cooperativo desta fase foi a invasão norte-americana ao Iraque em 2003, sem autorização do CSONU, depois de um longo ano de 2002 de negociações e pressões da comunidade internacional contra o unilateralismo de W. Bush. Durante este processo, Moscou aliou-se à França e à Alemanha em forte oposição à operação militar norte-americana, formando o “Eixo da Paz”, em defesa do multilateralismo e da ONU. Entretanto, esta oposição não barrou os neoconservadores que ao lado de países menores como os novos membros da OTAN e sua tradicional aliada Grã-Bretanha, compuseram a “Coalizão da Vontade”³.

Confrontada a este crescente unilateralismo e a despeito da unidade prévia do Eixo da Paz, a Rússia assumiu uma postura mais assertiva no sistema. Tal assertividade dirigia-se aos EUA e à Europa Ocidental, ressaltando seu papel de potência e seu direito a participar e definir os rumos da política mundial, e aos emergentes, ampliando as parcerias com os BRICS e a defesa dos organismos multilaterais. Somada ao unilateralismo de Bush filho, outra fonte de desagrado foi a não inclusão da Rússia na OMC. Outro elemento foi a consolidação da recuperação econômica russa, sustentada pelo

3 Em Julho de 2009, o sucessor de W. Bush, o democrata Barack Obama, iniciou, como prometido em sua campanha a retirada das tropas norte-americanas no Iraque.

setor energético devido à elevação dos preços do gás e do petróleo devido às instabilidades do Oriente Médio geradas pelos EUA e a continuidade de um consumo elevado destes recursos no Ocidente.

No que se refere aos EUA, a política de Moscou reforçou a contenção dos norte-americanos em áreas que a Rússia considera seu espaço estratégico (“exterior próximo”), com fortes críticas às intervenções. Os EUA, por sua vez, contestam a assertividade russa, as políticas que consideram antidemocráticas e os instrumentos utilizados por Moscou para obter seus fins estratégicos, como as políticas de corte de fornecimento energético a estados vizinhos, as quais entendem como violação dos princípios da segurança energética global, pressão política e manipulação dos preços.

Sobre essa política russa do Gás, Rosefielde e Hedlund (2009, p. 219) afirmam que a administração Putin viu uma oportunidade de reativar seu poder e fortalecimento do controle do Estado, com o intuito de criar um cartel de gás global, usando sua posição privilegiada para atingir a Ucrânia, a Polônia e os Estados Bálticos, a UE, Japão, China e os EUA. Esta resposta russa à Diplomacia dos Dutos tem surtido efeitos positivos à medida que a despeito dos projetos e parcerias ocidentais neste campo, os seus custos econômicos e de segurança são elevados. Mesmo a penetração na Ásia Central pelas bases militares norte-americanas no âmbito da GWT teve dificuldades em se consolidar, devido à reação de Moscou em reestabelecer alianças com estes Estados, por meio da economia e da segurança, ao mesmo tempo em que os EUA viram seus recursos diminuir devido à crise econômica e a superextensão imperial do Afeganistão e Iraque.

Vale mencionar outros focos de tensão, como o confronto no Cáucaso entre Geórgia e Ossétia do Sul (agosto/2008). Os diálogos e vendas de armas russas a regimes considerados hostis pelos EUA, como Irã, Síria e Líbia, são igualmente motivo de conflito. Vale mencionar os acordos e exercícios militares Rússia-Venezuela para criação e fornecimento de uma central nuclear no país venezuelano, intensificados em 2008. Como resposta a estes e outros acontecimentos na América do Sul, os EUA reativaram a Quarta Frota do Atlântico Sul.

O discurso de Putin na 43ª Conferência de Munique de Políticas de Segurança expressa com clareza estas insatisfações e o problema do unilateralismo e do unipolarismo advogado pelos EUA que retoma, depois de várias declarações de parcerias estratégicas conjuntas o teor da *Foreign Policy Conception* lançada em 2000,

O mundo unipolar que foi proposto depois da Guerra Fria não se realizou (...) Ações unilaterais e ilegítimas não resolveram qualquer problema (...) Somos testemunhas atualmente do quase irrestrito uso da hiperforça, a fora militar, nas relações internacionais que está levando o mundo a um abismo permanente de conflitos (...) As pedras e blocos de concreto foram fartamente distribuídas como souvenirs. Mas não devemos nos esquecer que a queda do Muro de Berlim só foi possível graças a escolha histórica- feita também pelo nosso povo, pelo povo da Rússia- uma escolha em favor da democracia, da liberdade, da abertura e uma parceria sincera (...) E agora estão tentando impor novas linhas divisórias e muros entre nós. (PUTIN, 2007, s/p)

Este discurso ocorre justamente quando Bush enfrentava um encolhimento político e econômico resultante da derrota para os democratas na eleição de meio de mandato de Novembro de 2006 e as

pressões das guerras no Oriente Médio, das ações de desregulamentação domésticas e crise social que atingiriam seu ápice em 2008. Diante desta conjuntura, algumas reformas já estavam se processando, uma vez que a Secretária de Estado Condolleeza Rice buscava atrair os parceiros regionais dos EUA a fim de diminuir os custos da liderança e recuperar a credibilidade e legitimidade perdidas. Rice já vinha empreendendo estas iniciativas desde 2005 quando Bush tomara posse em seu segundo mandato.

Foi só com o aprofundamento da crise que esta visão ganhou peso, com Rice referindo-se a potências como Rússia, China, Índia, Brasil e África do Sul como responsáveis pela ordem global ao lado dos norte-americanos (RICE, 2008). Em 2008, os EUA e a UE mais uma vez manifestaram sua desconfiança da transparência do regime russo com a sucessão presidencial de Putin, questionam a legitimidade da vitória de Medvedev e a permanência de Putin como Primeiro Ministro.

Mesmo assim, a Rússia e a China estiveram ao lado dos EUA, do Japão e das duas Coreias, Norte e Sul, nas Conversações das Seis Partes, visando a contenção do programa nuclear norte-coreano, uma das poucas ações multilaterais do governo Bush, ainda que não tenha eliminado o padrão de crises cíclicas da Península. Além disso, Rússia, UE, EUA e a ONU formaram o Quarteto de Madri em uma tentativa de negociar a paz entre israelenses e palestinos, sem avanços significativos. Com relação à Rússia, em 2008, reafirmaram-se as declarações e acordos de parceria estratégica, definindo como pilares,

as negociações pós-START (...) o sistema de defesa antimísseis (...) o Tratado INF (...) vendas de armamentos (...) cooperação tecnológica em defesa (...) o TNP (...) a Declaração em Energia Nuclear e Não-Proliferação (...) o Centro Internacional de Enriquecimento de Urânio (...) a Parceria Global em Energia Nuclear (...) os Projetos Inovadores de Reatores Nucleares e Ciclo de Combustíveis (...) acesso confiável ao combustível nuclear (...) reserva de urânio pouco enriquecido (...) e urânio enriquecido (...) Irã (...) Coreia do Norte (...) Acordo para a Cooperação no Uso Pacífico da Energia Nuclear (...) Iniciativa Global para o Combate ao Terrorismo Nuclear (...) Segurança Nuclear (...) Iniciativa de Segurança Contra Proliferação (...) (US-RUSSIA STRATEGIC FRAMEWORK DECLARATION, 2008)

Esta agenda continua sendo caracterizada por zonas de oportunidade e conflito, com a fase Bush/Putin encerrando-se de forma ambígua, similar ao seu início. A partir de 2009, do lado dos EUA o que se observou foi a quebra relativa desta política com a ascensão de Obama ao poder e, da parte russa, a continuidade, como mencionado, com a administração de Moscou dividida entre Medvedev e Putin.

Obama-Medvedev-Putin (2009/2016): A Competição Estratégica

O período contemporâneo das relações bilaterais inicia-se em julho de 2009, quando os Presidentes Barack Obama e Dmitri Medvedev realizaram uma cúpula que tinha como objetivo “relançar” o intercâmbio. O encontro foi concluído com a assinatura de documentos concernentes à desmobilização

atômica (substituição do START I), cooperação em assuntos relacionados ao Afeganistão e criação de um novo instrumento administrativo: a “comissão presidencial bilateral russo-americana”.

Porém, o encontro de Moscou, encerrou-se de forma dúbia: assuntos como o escudo antimísseis dos EUA, as divergências frente o Irã e sobre a interferência norte-americana na Geórgia e na Ásia Central não obtiveram um razoável consenso. Medvedev não escondeu sua insatisfação com a diplomacia norte-americana. Em Setembro de 2009, cerca de dois meses depois desta primeira cúpula, Washington anunciou a suspensão da instalação do escudo antimísseis nos aliados da OTAN na Europa Oriental (Polônia e República Tcheca). Esta ação foi considerada uma sinalização de boa vontade. Além disso, em 2010, a grande estratégia de Obama ressaltou o papel da Rússia como um dos pivôs estratégicos do sistema internacional, ao lado dos demais BRICS.

Pelo lado russo, havia clareza de que as ações de Obama mesmo sendo positivas não necessariamente respondiam a todos os temores e interesses russos de reafirmar sua influência regional e diminuir sua vulnerabilidade. Entre 2009 e 2011, predominou a acomodação entre EUA-Rússia, e tentativas paralelas da Rússia de relativizar sua fragilidade. A partir de 2011, as tensões voltariam a dominar as relações Rússia-EUA, tendência que se prolonga até 2016.

Examinando este período 2009/2011, no campo interno, o governo Medvedev lançou o programa “Go Russia!” que tinha como objetivo promover a modernização da economia do país. Sustentada basicamente por recursos advindos do setor energético, esta economia mostrava-se sensível à variação do preço das *commodities*, o que poderia afetar a capacidade russa de projetar poder e manter seus interesses internos e externos. Setores como indústria, ciência e tecnologia e forças armadas foram definidos como prioritários. Os resultados do programa foram bastante modestos.

Na agenda externa, Medvedev focou na manutenção da política externa multivetorial Ocidente-Oriente. Um dos marcos foi o aprofundamento das relações bilaterais com a China, incluindo relevantes acordos energéticos entre este país e a estatal russa Gazprom para a construção de gasodutos, oleodutos e fornecimento preferencial de energia. A Rússia enfatizou seu papel como nação emergente, sendo um dos pilares dos BRICS. A primeira reunião dos BRICS em 2009, que representou a institucionalização do grupo, realizou-se na cidade russa de Ecaterimburgo.

Após Ecaterimburgo, os BRICS ganharam cada vez mais expressão na defesa da reforma do sistema internacional, em torno dos princípios do multipolarismo, desconcentração de poder e atualização do multilateralismo. Além disso, reforçaram sua atuação conjunta em organismos como o G20 financeiro e a OMC. Em 2014, a criação do Novo Banco de Desenvolvimento dos BRICS (NBD), representou um salto qualitativo nestas ações. Estas iniciativas, contudo, somadas à autonomia crescente dos BRICS, reativaram as reações estadunidenses contra o grupo (incluindo o seu não reconhecimento como bloco), como será discutido abaixo no caso russo.

Em 2011/2012, a transição de poder na Rússia, com a nova vitória de Putin para assumir a Presidência, associada à recuperação econômica-estratégica dos EUA elevou as tensões bilaterais. A eleição de Putin para um terceiro mandato à frente do Kremlin foi criticada pelos EUA e a UE, ocorrendo em um momento de elevação das tensões sociais e da crise econômica no país. Protestos contra Putin como os realizados por grupos como o “Pussy Riot” ganharam ampla divulgação na

mídia ocidental, assim como a expansão das forças de oposição em países vizinhos à Rússia. No geral, havia uma tentativa retórica de desestabilizar a Rússia, que vinha acompanhada de pressões concretas e do aumento da vulnerabilidade econômica interna, gerada pela queda dos preços do petróleo.

A partir de 2011, Obama reforçou suas ações de contenção dos emergentes. No que se refere ao entorno do Pacífico e à UE, o país iniciou um processo de fechamento de espaços para os emergentes. No Pacífico, isso foi representado pela “Parceria Transpacífica” (TPP), composta por uma ação de reposicionamento estratégico de tropas militares na Ásia Pacífico e a criação de um acordo de livre comércio em vigor desde 2015. Em termos de UE, a “Parceria Transatlântica” (TTIP) vem sendo negociada secretamente desde 2013, e visa a formação de uma zona de livre comércio entre as duas principais economias ocidentais. Em nenhum destes arranjos, os BRICS encontram-se presentes.

A reação do governo Putin foi a de reforçar os mecanismos de estabilização interna, com o aumento da repressão, e o de elevar a projeção internacional da Rússia em questões do entorno eurasiático. Os acontecimentos do Oriente Médio ganharam destaque, com a elevação das críticas à atuação estadunidense na região. Em 2011 e 2014, ainda que as guerras do Iraque e do Afeganistão tenham sido encerradas, foram estabelecidos acordos bilaterais com estes países que garantem a presença de tropas estadunidenses em solo para “treinamento” das forças locais. Esta presença em solo era motivo de preocupação em Moscou.

Em 2011, a Rússia, ao lado dos demais BRICS, também se manifestou contra a intervenção militar da OTAN na Líbia que levou à derrubada do governo Khadaffi. Antes disso, a Rússia já alertava para os riscos associados à Primavera Árabe e o potencial crescimento de forças fundamentalistas, e de seus laços com o Estado Islâmico (EI). A questão do EI e da Síria representam os maiores contenciosos: para a Rússia, os EUA tem permitido uma ascensão do EI, e deveriam reforçar seus mecanismos de combate a este grupo. A Rússia, inclusive, passou a realizar operações militares contra o EI no último biênio, reforçando também seu apoio a aliados locais como o governo de Assad na Síria.

No que se refere à Síria, em 2013, o governo Putin manifestou-se contra a intervenção pretendida pelo Ocidente, nos moldes do que se realizara na Líbia com base em questões humanitárias (justificada pelo conceito de “Responsabilidade de Proteger” das Nações Unidas). Por fim, deve-se mencionar a busca de um maior protagonismo nas negociações nucleares com o Irã (que culminaram no Acordo de 2015 patrocinado pelo P5+1).

A maior fonte de tensões contemporâneas, porém, deu-se no entorno preferencial russo: a Ucrânia e a crise da Crimeia. Desde as “Revoluções Coloridas” do início do século XXI, a tática ocidental de financiar direta e indiretamente forças de oposição em antigas repúblicas soviéticas tem sido uma constante, assim como sua cooptação via organismos ocidentais como a OTAN e a UE. De 2014 a 2016, com um pico de tensões em 2015, o foco destas duas táticas conjugadas recaiu mais uma vez sobre a Ucrânia, que passou a ser tratada como uma parceria preferencial de OTAN e UE, indicando-se a possibilidade de que o país se tornasse membro de ambas as organizações (tratados de comércio preferenciais e exercícios militares conjuntos compõem esta aproximação). Igualmente, rebeldes anti-Moscou passaram a receber ampla cobertura favorável da mídia ocidental e ajuda financeira.

Diante deste cenário, e da deposição do governo pró-Moscou na Ucrânia (de Viktor Yakunovich), a reação de Moscou foi clara: a ocupação da Crimeia e a proteção desta região estratégica militarmente. A perda de Crimeia teria consequências geopolíticas desastrosas para a Rússia, bloqueando seu acesso ao Mar Negro, e a instalações militares como as de Sevastopol, Gvardiske e a Kacha. A Ucrânia é uma zona de passagem de gasodutos e oleodutos russos. Além dos mecanismos militares, a “Guerra do Gás”, de corte de fornecimento de gás para a Ucrânia foi utilizada como mecanismo de pressão. As ações de Moscou na Ucrânia e a reafirmação de sua presença estratégica visam gerar um efeito demonstrativo para potenciais novas rebeliões dentro da Rússia e em antigas repúblicas soviéticas como Geórgia, Belarus e a Ossétia do Norte e do Sul.

A resposta do Ocidente à Rússia deu-se em diversos setores: suspensão da participação no G8, corte de comércio e financiamentos (imposição de embargo econômico) e proibição de venda de armas. Paralelamente, não é coincidência que a Rússia esteja sofrendo amplas represálias em seus esportes olímpicos, envolvidos em escândalos de doping, e sejam realizadas acusações sobre corrupção na escolha do país como sede das já realizadas Olimpíadas de Inverno de Socchi 2014 e da Copa do Mundo de 2018.

Não faltam hipóteses sobre uma nova Guerra Fria entre EUA-Rússia. Entretanto, este é um processo muito mais amplo que envolve não só as assimetrias de poder, mas as sistemáticas pressões do Ocidente sobre a Rússia. Igualmente, o processo de contenção da Rússia pelo ocidente insere-se no quadro da desconcentração de poder global.

Considerações finais

De 1989 a 2016, as relações bilaterais EUA-Rússia foram caracterizadas pela ambiguidade e oscilações, pendendo mais frequentemente ao conflito do que à cooperação. À exceção de poucos momentos de convergência estratégica no imediato pós-11/09, predominou uma agenda de competição e de pressão, que muitos analistas tendem a definir como “novas Guerras Frias”. Todavia, as assimetrias de poder entre estas potências, não permite que esta avaliação possa ser sustentada em termos sistêmicos. De 1947 a 1989, o que se observava era uma disputa direta entre as nações pela hegemonia global, com modelos distintos, o socialismo e o capitalismo. Apesar das dificuldades soviéticas, a tensão era permanente para a projeção de poder, disputas de zona de influência e contraposições ideológicas, fato que estruturalmente não se repete no pós-1989.

Se há conflito sistêmico no século XXI, este não recai nas interações Rússia-EUA, mas sim nas tensões EUA-China eventualmente. Parece prevalecer a hipótese de Brzezinski (1997) de que a era das hegemonias encerra-se com os norte-americanos. As tendências à desconcentração de poder e multipolaridade parecem ser a regra, e que são confrontadas pelos norte-americanos por meio de diferentes táticas para preservar seu poder. A dinâmica bilateral das ex-superpotências, e suas respectivas ações e alianças de geometria variável, é um dos componentes desta transição de poder, em meio a um cenário de cada vez maior instabilidade regional e global.

Referências bibliográficas

- BRZEZINSKI, Zbigniew. *The grand chessboard*. Basic Books, NY, 1997
- BRZEZINSKI, Zbigniew. *Strategic Vision*. New York, Basic Books. 2012.
- COLIN, Roberto. *O ressurgimento da grande potência*. Florianópolis: Letras Brasileiras, 2007.
- JOINT DECLARATION ON A NEW RELATIONSHIP BETWEEN THE UNITED STATES AND RUSSIA, 2002. Disponível em: <http://moscow.usembassy.gov/joint_05242002d.html>. Acesso em: 02/07/09.
- JOINT STATEMENT BY THE PRESIDENTS OF THE RUSSIAN FEDERATION AND THE UNITED STATES OF THE AMERICA ON PRINCIPLES OF STRATEGIC STABILITY. Sept 06, 2000.
- JOINT STATEMENT BY THE PRESIDENT OF THE UNITED STATES OF AMERICA BARACK OBAMA AND PRESIDENT OF THE RUSSIAN FEDERATION DMITRY MEDVEDEV ON NUCLEAR COOPERATION. July 06, 2009. Disponível em: <<http://www.kremlin.ru/eng/text/docs/2009/07/219091.shtml>>. Acesso em: 07/07/09.
- JOINT STATEMENT BY THE PRESIDENT OF THE UNITED STATES OF AMERICA BARACK OBAMA AND PRESIDENT OF THE RUSSIAN FEDERATION DMITRY CONCERNING AFGHANISTAN. July 06, 2009. Disponível em: <<http://www.kremlin.ru/eng/text/docs/2009/07/219092.shtml>>. Acesso em: 07/07/09
- MELVILLE, Andrei and SHAKLEINA, Tatiana. *Russian foreign policy in transition- concepts and realities*. Central European Union University Press: Budapest. 2005.
- OBAMA, Barack. Obama's Speech at the New Economic School. July 7, 2009. Disponível em: <http://www.nytimes.com/2009/07/07/world/europe/07prexy.text.html>. Acesso em 07/07/2009
- PAUTASSO, Diego. “Da política de contenção à reemergência: a Rússia volta ao tabuleiro”. Austral: Revista Brasileira de Estratégia & Relações Internacionais, v.3, n.6, Jul.-Dez. 2014, p. 73-94. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/austral/article/view/51284/33167>. Acesso em 24 jul. 2016.
- PECEQUILO, Cristina S. *Os Estados Unidos e o Século XXI*. Rio de Janeiro: Elsevier. 2013
- PUTIN, Vladimir. Speech at the 43rd Munich Conference on Security Policy, 02/10/2007. Disponível em: <http://www.kremlin.ru/eng/speeches/2007/02/10/0138_type82912type82914type82917type84779_118123.shtml>. Acesso em 06/07/2009.
- RICE, Condoleezza. “Rethinking the national interest- American realism for a new world”. Disponível em: <<http://www.foreignaffairs.org/20080701faessay87401/condoleezza-rice/rethinking-the-national-interest.html>>.
- ROSEFIELDE, Steven e HEDLUND, Stefan. *Russia since 1980 (the world since 1980)*. New York: Cambridge University Press. 2009, 347p.
- SEGRILLO, Angelo. “A Nova Rússia: balanço e desafios” in Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional – II CNPEPI: (2: Rio de Janeiro: 2007): o Brasil no mundo que vem aí. – Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008. p. 89-105.

- SEGRILLO, Angelo. "Rússia: economia e sociedade" in Seminário de Rússia- Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional (2. :Rio de Janeiro: 2007): O Brasil no mundo que vem aí. Seminário: Rússia. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008. p 79-97. Disponível em: < [http://www.funag.gov.br/biblioteca-digital/ultimos-lancamentos/?searchterm=O Brasil no mundo que vem aí. Seminário: Rússia](http://www.funag.gov.br/biblioteca-digital/ultimos-lancamentos/?searchterm=O%20Brasil%20no%20mundo%20que%20vem%20a%C3%AD.%20Semin%C3%A1rio:%20R%C3%BAssia)>. Acesso em: 27/06/09.
- SIMES, Dimitri K. "Losing Rússia: The cost of Renewed confrontation". *Foreign Affairs*, november/ december 2007. Disponível em: <<http://www.foreignaffairs.com/articles/63008/dimitri-k-simes/losing-russia>>. Acesso em: 23/06/09.
- THE FOREIGN POLICY CONCEPT OF THE RUSSIAN FEDERATION. Disponível em: <<http://www.kremlin.ru/eng/text/docs/2008/07/204750.shtml>>. Acesso em: 28/06/09
- THE UNITED STATES OF AMERICA. National Security Council. *The national security strategy of United States of America*. Washington, D.C., 17 Sept. 2002. Disponível em: <<http://www.whitehouse.gov/nsc/nss.html>>. Acesso em: 25/06/09.
- TSYGANKOV, Andrei. *Russia's foreign policy- change and continuity in national identity*. Maryland: Rowman & Littlefield Publishers. 2006.
- US-RUSSIA STRATEGIC FRAMEWORK DECLARATION, 2008. Disponível em: <<http://moscow.usembassy.gov/fact040608.html>>. Acesso em: 22/06/09.
- VISENTINI, Paulo Fagundes. *O Grande Oriente Médio- da descolonização à primavera árabe*. Rio de Janeiro: Ed. Campus Elsevier, 2014.
- ZHEBIT, Alexander. "A Rússia na ordem mundial: com o Ocidente, com o Oriente ou um pólo autônomo em um mundo multipolar?". *Revista Brasileira de Política Internacional*, 46 (1) 2003. p. 153-181. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-73292003000100008&script=sci_arttext>. Acesso em 22 jul. 2009.